

Porto Alegre, 13 de outubro de 2015.

## **Orientação Técnica IGAM nº 21.113/2015.**

I. O Poder Legislativo do Município de Novo Hamburgo, RS, por meio do Procurador Geral André Von Berg, solicita orientação acerca do Projeto de Lei nº 85, de 2015, de origem do mesmo Poder, que visa proibir a utilização de talas na manutenção e suporte de postes danificados e obriga a substituição dos mesmos por postes de concreto.

II. Nos termos da Constituição da República<sup>1</sup>, ao Poder Público compete a organização dos serviços públicos, assim como a sua execução. Se o fizer indiretamente, a delegação deverá ser precedida de licitação.

A transferência da execução dos serviços pode se processar através dos institutos da concessão, permissão ou autorização. Nas duas primeiras hipóteses, consoante determinado no art. 175 da Constituição Federal, a delegação se dará “sempre através de licitação”. Esse processo, subordina-se a duas leis nacionais: a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que “Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto art. 175 da Constituição Federal” e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Os serviços são prestados de forma descentralizada quando o poder público transfere a sua execução, por *outorga* ou *delegação*, a autarquias, fundações, empresas estatais, empresas privadas ou particulares individualmente. A outorga ou delegação, cumpre lembrar, não transfere a titularidade do serviço público, mas apenas a sua execução. A **outorga** é a transferência de um serviço público ou de utilidade pública a uma entidade criada por lei para esse fim, ao passo que, a **delegação**, ocorre quando o Estado transfere a execução de um determinado serviço ao particular, para que o execute, em seu nome e por sua conta e risco, mediante condições preestabelecidas.

Segundo Celso Bandeira de Mello<sup>2</sup>, forte na definição legal contida no art. 2º, inciso II da Lei nº 8.987, de 1995, a concessão de serviço público é:

---

<sup>1</sup> Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

<sup>2</sup> MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Direito Administrativo. 16ª ed. São Paulo. Malheiros. 2003, p. 643.

o instituto através do qual o Estado atribui o exercício de um serviço público a alguém que aceite prestá-lo em nome próprio, por sua conta e risco, nas condições fixadas e alteráveis unilateralmente pelo Poder Público, mas sob garantia contratual de um equilíbrio econômico-financeiro, remunerando-se pela própria exploração do serviço, em geral e basicamente mediante tarifas cobradas diretamente dos usuários do serviço

**III.** No caso vertente da consulta, os serviços relativos à produção e distribuição de energia elétrica são da competência exclusiva da União, por força do que dispõe a Constituição da República:

Art. 21. Compete à União:

(...)

XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

(...)

b) os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos;

Assim, os serviços delegados à concessionária que atua no Município consulente são da competência exclusiva da União, não cabendo ao Município intervir ou a responsabilidade pela execução ou pela manutenção dos meios que a assegurem. Ademais, assim dispõe a Lei Federal nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996:

Art. 14. O regime econômico e financeiro da concessão de serviço público de energia elétrica, conforme estabelecido no respectivo contrato, compreende:

I - a contraprestação pela execução do serviço, paga pelo consumidor final com tarifas baseadas no serviço pelo preço, nos termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;

II - a responsabilidade da concessionária em realizar investimentos em obras e instalações que reverterão à União na extinção do contrato, garantida a indenização nos casos e condições previstos na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e nesta Lei, de modo a assegurar a qualidade do serviço de energia elétrica;

Ademais, na proposição se encontra dispositivo que atribui a obrigações para o Poder Executivo local regulamentar a Lei, somando-se à inviabilidade a questão relacionada à interferência na organização e funcionamento da Administração.

**IV.** Diante do exposto, conclui-se pela inviabilidade jurídica do Projeto de Lei nº 85, tendo em vista que o assunto é de competência legiferante da União, não se inserindo dentre as atribuições do Município.

Também se encontra no conteúdo da proposição imposição de atribuição para o Poder Executivo local por parte do Poder Legislativo, o que fere o princípio da independência dos Poderes.

O IGAM permanece à disposição.



**Rita de Cássia Oliveira**  
OAB/RS 42.721  
Consultora do IGAM



**Everton M. Paim**  
OAB/RS 31.446  
Consultor do IGAM